

## A GRÃ-RÚSSIA E A LÓGICA IMPERIAL

**Luís Lobo-Fernandes**

Texto entregue em Março de 2022

A NATUREZA IMPERIAL DO PODER PROJECTADO POR MOSCOVO perpassa recorrentemente a discussão em torno da sua política externa. Esta visão constata a existência de factores de continuidade no enunciado externo do estado – construído historicamente em torno de um núcleo identitário *russo*. Estes factores seriam, de alguma forma, independentes da natureza do poder político ou de cada regime vigente. Nesta linha, ao terceiro império sucedeu o sistema soviético que pode não ter sido um império *colonial* em sentido estrito, mas produziria os mesmos efeitos. Referimo-nos a um estado com ambições de hegemonia alargada traduzindo o mesmo imperativo imperial ininterrupto que parece marcar a expansão da Rússia desde há mais de seis séculos. A popularidade da ideia de império no seio da sociedade russa é, aliás, um dado inseparável da imagem de si mesmos.

### O conceito de império: hegemonia e organização marcial do espaço

A noção de império designa tradicionalmente um Estado multi-étnico com um vasto território, cujo poder supremo é detido por um único titular. O império funda-se na lógica de um acentuado controlo das populações e de organização marcial do espaço, tendendo a cristalizar um sistema centralizado e autoritário. Resulta de uma superioridade militar, e é este elemento

que resume a sua tendência para a hegemonia – um padrão distintivo. O ponto essencial de paralelismo entre os impérios clássicos e os impérios coloniais reside precisamente no papel do poder militar na sua formação e manutenção. No caso vertente, a percepção da sua imensidão euro-asiática encorajaria a política imperial da Rússia. Ora, o impulso imperial em que historicamente assentou o seu domínio reemerge no período pós-soviético, ainda que de forma mais mitigada. Neste particular, sobrepor-se-ia às vicissitudes de uma abertura democrática limitada, plasmada na constituição de 1993. Como assinalou José Manuel Villas-Boas no seu *Caderno de Memórias* – antigo embaixador de Portugal em Moscovo e um dos mais competentes diplomatas da sua geração –, o triunfo de Boris Ieltsine sobre a Duma naquele mesmo ano marcou uma viragem na curta história do regime democrático pós-soviético, apontando para um “autoritarismo crescente” do presidente.<sup>1</sup> A tentação de regresso a uma política de recorte imperial entrevê-se claramente no capítulo das relações com os estados periféricos que resultaram da fragmentação da URSS. A doutrina militar articulada por Ieltsine considerava o “estranheiro próximo” como indispensável à sua segurança tornando em parte vã a discussão sobre a normalização internacional da Federação Russa e sobre o seu processo de “democratização”. Reconhecidamente, a vontade

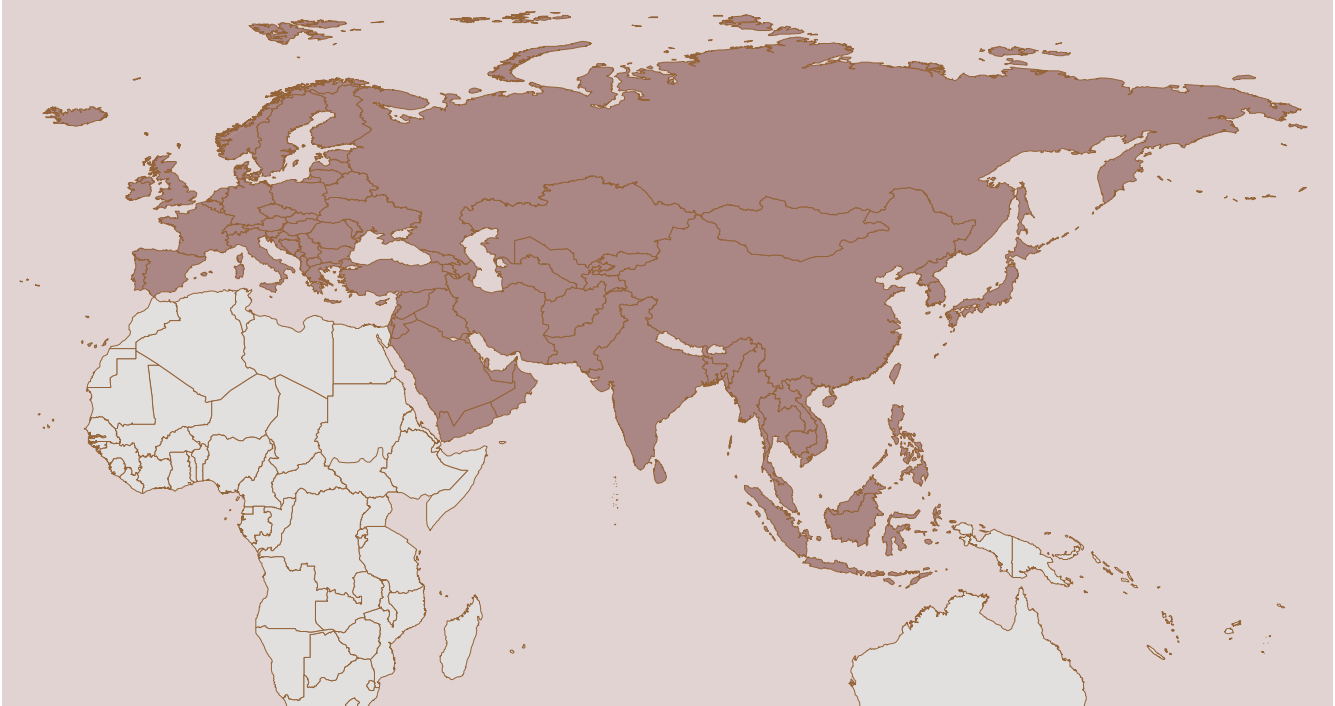
reafirmada da Rússia em manter-se uma grande potência – *velika derjava* – reaparece como uma prioridade na reorientação então expressa por Ieltsin. Uma das suas manifestações imediatas é a propensão da liderança em privilegiar a lógica de relações “à la carte” com as ex-repúblicas soviéticas (de referir que da desintegração da URSS resultaram quinze novos estados independentes). Deste modo, a ambiguidade histórica que perdura no delineamento da política externa conduz-nos a duas leituras diferenciadas do nacionalismo grão-russo e das suas relações com o resto da Europa. Uma, porventura mais perene, vê a história da Rússia como a de um estado poderoso com uma imagem de grandeza de si próprio que molda os códigos culturais, e tem coarctado a emergência de uma sociedade civil mais actuante. A outra, coloca o acento tónico sobre a vocação europeia e a sua “ancoragem” à Europa.

### A “grande casa europeia”: um anátema estratégico

Esta dicotomia de carácter contraditório tem expressão nas clivagens que se descortinam entre eslavófilos populistas e modernizadores ocidentalistas. Uma “escolha europeia” mais acentuada em detrimento da identificação cultural euro-asiática é, pois, um processo cujo resultado final não pode ser antecipado. Como tem sido sublinhado,

### MAPA DA MACRORREGIÃO EURO-ASIÁTICA

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Eurasia>





um dos problemas cardinais na definição da própria Europa centra-se na inclusão ou exclusão da Rússia”,<sup>2</sup> sendo que, por exemplo, a ênfase dada por Mikhail Gorbachov às raízes europeias da Rússia foi considerada um anátema estratégico. Com efeito, o seu desenho em forma de “grande casa europeia” por via da aproximação cultural com o Ocidente enfrentaria significativos obstáculos internos. No capítulo específico da história da política externa russa a orientação de Gorbachov tem uma correspondência na chamada *escola de Malenkov*, mais “conciliadora”, segundo a qual a hostilidade ocidental é tida como condicional, e a postura defensiva considerada mais vantajosa. Esta visão é, porém, claramente minoritária no seio das elites governamentais com assento no Kremlin durante a presidência de Vladimir Putin. O paneslavismo russo – talvez a corrente nacionalista histórica mais pujante – é geralmente apresentado como uma reacção psicológica e cultural à ocidentalização da Rússia representando uma clivagem entre os dois mundos, e constitui, em grande medida, o princípio comum que regeu o nacionalismo oficial dos czares, a utopia cristã dos eslavófilos, o populismo bolchevique, e o presente ciclo pós-soviético. O *euro-asismo* é a sua fórmula comum. É certo que a Rússia é *parte* da Europa, mas ao mesmo tempo define-se pela premente realidade de um grande espaço que vai do Báltico e do Mar Negro ao Pacífico. Em última análise, o obstáculo crítico para a reformulação da política externa russa ao encontro do modelo euro-atlântico parece ser *cultural*: o discurso “diplomático” e as acções de política externa de Moscovo reproduzem sobretudo reflexos identitários.

Nesta medida, se se aceitar que factores perenes mais do que reorientações tácticas são a regra, a política externa deve ser perspectivada como uma função das aspirações russas à “hegemonia” macrorregional. A ambição ao estatuto de grande potência favorece a tese da continuidade sistémica no tipo de relações que o centro da Federação Russa estabelece com as suas periferias interna e externa. Neste sentido, a “normalização” da política de Moscovo na arena internacional e do seu relacionamento quer com a União Europeia, quer com a NATO, não seria tanto “cativa” das fórmulas da Guerra Fria, quanto dos seus ímpetus históricos de grandeza. A “reentrada” no concerto das nações coexiste com o impulso imperial.

### O subsistema euro-asiático: uma ordem internacional precária e complexa

A ordem mundial saída da implosão da União Soviética é precária e complexa. Segundo o argumento realista, os estados são actores racionais unitários que procuram maximizar os seus

interesses num meio fundamentalmente anárquico. O objectivo de segurança é primordial. Do mesmo modo, a sensibilidade dos estados a variações na distribuição do poder prevalece. Estes elementos continuam a marcar, com particular acuidade, as percepções preponderantes da política internacional da Rússia. Acresce que, da reflexão que aqui se procura evidenciar, afigura-se-nos que continua a existir na diluição dos códigos genéticos da política externa russa uma insuficiente leitura da sua história de dominação agressiva. O nacionalismo grão-russo permanece uma variável perene e a Federação Russa preserva o carácter de um imenso império maduro que assume, em termos de imagem própria, o estatuto de potência euro-asiática, apesar da configuração do espaço pós-soviético aparentar ser hoje mais poli-cêntrica do que russo-cêntrica. As suas escolhas internacionais são fundamentalmente resultado de uma afirmação externa orgulhosa e não-conciliadora, que teve na gravíssima e inadmissível invasão da Ucrânia o seu capítulo mais recente. Com tal acção, que fere os códigos de um mundo civilizado, a Rússia atropela concomitantemente o princípio da indivisibilidade da segurança no plano das relações com o Ocidente que, em qualquer caso, será necessário reconstituir, a bem da liberdade e da paz na Europa.

“

Um dos desafios centrais do relacionamento futuro entre a Rússia e o Ocidente seria o de conferir uma nova base institucional.

”

A análise das dinâmicas *internas* do relacionamento entre a Rússia pós-soviética e a União Europeia por um lado, e com a NATO por outro lado, revela a falta de um modelo mais denso. Em especial, tem faltado substância estratégica no relacionamento que opera entre o que designaríamos de nexos distributivo – resultado das interdependências entre os dois espaços – e a latente ambiguidade imperial russa. Devemos assinalar, em particular, as dificuldades de “encaixe” das respectivas políticas de vizinhança, *Near Abroad* por parte da Rússia, e *European Neighbourhood Policy* por parte da União Europeia, que visam criar “relações especiais”, em alguns casos, com os mesmos vizinhos. Existiria, nesta medida, um problema com a réplica de uma *doutrina Monroe* por parte da Rússia, ou seja, a sua extrema sensibilidade a projecções de poder de terceiros na sua periferia. Esta questão configura, aliás, um teste central da evolução futura do relacio-

namento mútuo dada a tendência iniludível da liderança de Vladimir Putin em olhar para a sua periferia mais próxima segundo as lentes geopolíticas das esferas de influência. Num tempo em que a regra crua dos interesses nacionais reemergiu mais nitidamente no horizonte europeu, a Rússia poderia encontrar uma inspiração na matriz política da União Europeia: uma alternativa de paz para a Europa que condensa uma visão inspirada nos direitos humanos, e pode acautelar desvios de cariz nacionalista exacerbado ou mesmo bélico. Com efeito, o sistema de integração da UE aproxima-se tipologicamente de uma verdadeira *comunidade de segurança*, um modelo onde a probabilidade de guerra entre os seus membros é por definição nula. A experiência da unidade europeia, de base voluntária e democrática, não prejudica a sua diversidade. Por outro lado, poderíamos citar o potencial de *soft power* – o poder de atracção em contraposição à lógica de *diktat* – um dos atributos seguramente mais virtuosos da UE, que assume o objectivo de contribuir para uma ordem internacional baseada no direito e em instituições internacionais mais robustas. Diríamos que um dos desafios centrais do relacionamento futuro entre a Rússia e o Ocidente seria o de conferir uma nova base institucional – dados os seus actuais limites e a sua inadequação – caminho, contudo, que se revela especialmente difícil. Esta é porventura a única certeza disponível no horizonte. ■

#### Notas

- <sup>1</sup> Cf. José Manuel Villas-Boas. 2003. *Caderno de Memórias*. Lisboa: Temas & Debates. José Manuel Peixoto de Villas-Boas de Vasconcelos Faria foi embaixador de Portugal na Federação Russa entre Outubro de 1993 e Maio de 1996, p. 219.
- <sup>2</sup> Ver Lobo-Fernandes, Luís. 2020. “Estudos Europeus segundo Luís Lobo-Fernandes”, in Camerloto, Marcelo, Andrés Malamud, e Raquel Vaz-Pinto (org.). 2020. *Ciência Política à Portuguesa: A disciplina contada pelos seus protagonistas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 263.